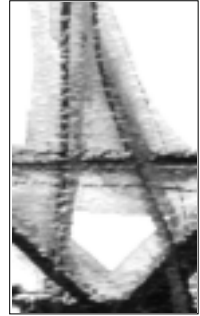


# Muitas faces do feminismo no Brasil

*Vera Soares*



## Introdução

Este texto busca construir uma trajetória do movimento de mulheres a partir dos anos 70, identificar os vários espaços onde as mulheres se organizam e apontar alguns desafios colocados para o movimento de mulheres, em particular para o feminismo, a partir dos processos de democratização e de globalização.

A bibliografia sobre os movimentos de mulheres foi o ponto de partida, mas muitas vezes foi a memória a fonte para a inspiração, fazendo refletir minha experiência e construindo uma visão particular das trajetórias e das questões que desafiam esse movimento. Como vivo e milito na cidade de São Paulo, esta análise certamente traz um viés paulistano.

O conceito de feminismo aqui utilizado parte do princípio de que o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. O feminismo se

---

### **Vera Soares**

Foi integrante da Comissão de Mulheres do PT de 1982 a 1994. É militante feminista, membro da ELAS — Elisabeth Lobo Assessoria, consultora científica do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP — NEMGE-USP. (Este texto é uma reelaboração de textos anteriores: SOARES, 1994; DELGADO e SOARES, 1995.)

expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política. Reconhece um poder não somente no âmbito do público-estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, fazendo a concepção convencional da política e a noção de sujeito se ampliarem. Todos aqueles que têm uma posição subalterna na relações de poder existentes são chamados a transformá-las. Não existe pois um só sujeito histórico que enfrenta e transforma tais relações em nome de todos os subalternos. Reconhece uma multiplicidade de sujeitos que, desde sua opressão específica, questionam e atuam para transformar esta situação (SOARES *et alii*, 1995).

Apesar de a ação das mulheres se inscrever numa ação mais geral democratizadora e modernizadora da cultura e dos costumes na sociedade brasileira, a reflexão aqui fica no âmbito dos movimentos de mulheres e do movimento feminista. Esta escolha perde ao não analisar as influências mais amplas do movimento feminista mas, por outro lado, ganha nas possibilidades da reflexão de um segmento organizado das mulheres na sociedade.

## As mulheres nos movimentos

A presença das mulheres na cena social brasileira nas últimas décadas tem sido inquestionável. Durante os 21 anos em que o Brasil esteve sob o regime militar, as mulheres estiveram à frente nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização. “O movimento operário que se organizou nos anos 70 é seguramente o ator mais importante neste cenário. Os movimentos de mulheres constituem a novidade” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 269). A presença das mulheres na arena política foi, assim, construída no período da ditadura, a partir dos anos 60, sendo um dos elementos que contribuíram para os processos de mudanças no regime político; “[...] além disso, mulheres também compuseram a coluna vertebral de muitas das organizações de sociedade civil e partidos políticos de oposição que com êxito desafiaram regras autoritárias durante os anos 70 e início dos 80” (ALVAREZ, 1988).

De fato, as mulheres estiveram presentes nas lutas democráticas e, simultaneamente, mostraram e têm demonstrado que diversos setores se inserem diferentemente na conquista da cidadania e que os efeitos do sistema econômico são sentidos diferenciadamente de acordo com as contradições específicas nas quais estes setores estão imersos (SADER, 1988).

As mulheres — novas atrizes —, ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como inteiras, múltiplas. Elas estavam nos movimentos contra a alta do custo de vida, pela anistia política, por creches. Criaram associações e casas de mulheres, entraram nos sindicatos, onde reivindicaram um espaço próprio. Realizaram seus encontros. Novos temas entraram no cenário político, novas práticas surgiram. Algumas autoras citam o movimento que emergiu no Brasil como talvez “o mais amplo, maior, mais diverso, mais radical e o movimento de maior influência dos movimentos de mulheres da América Latina” (STERNBACH *et alii*, 1992, p. 414).

Dois processos fundamentais que cruzaram a segunda metade dos anos 70 e toda a década de 1980 marcam a presença dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: as crises econômicas e a inflação crescente que delas decorrem, e o processo de abertura política, ambos afetando e mobilizando tanto as classes médias como as operárias.

A “transição negociada” do regime autoritário processou-se a partir da segunda metade dos anos 70, dentro do projeto de “distensão lenta e gradual” do presidente Geisel, e veio acompanhada da proliferação de movimentos populares, da consolidação da oposição, da remobilização da esquerda, da rearticulação de uma política de oposição, da expansão da ação pastoral da Igreja católica. As mulheres neste período tiveram espaço para uma maior ação política em contraposição ao imaginário social que as vê como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas.

Foi durante a ditadura militar, quando existiam as torturas a presos políticos, a homens, mulheres e crianças supostamente participantes de movimentos políticos, que o movimento feminista foi capaz de produzir uma série de argumentos iluminando as ligações da violência contra a pessoa e contra as mulheres na esfera doméstica.

O movimento de mulheres que aparece durante os anos 70 rompeu com uma tradição segundo a qual as mulheres manifestavam publicamente valores tradicionais e conservadores, como ocorreu com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que precede o golpe militar (BLAY, 1987). O movimento de mulheres nos anos 70 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas em defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia das desigualdades. Concordo com Alvarez quando afirma que, ironicamente, as regras autoritárias dos militares, que tinham por intenção despolitizar e restringir os direitos dos cidadãos e cidadãs, tiveram como consequência a mobilização das mulheres, geralmente marginais na política (ALVAREZ, 1990).

O movimento de mulheres no Brasil foi (e ainda é) muito heterogêneo. Na realidade, devemos tratar de movimentos de mulheres que trouxeram à participação política muitas mulheres influenciadas pelo feminismo que ressurgiu também no período, “um feminismo revisitado”, como afirmou Beth Lobo ao fazer referência aos movimentos feministas do início do século, em que mulheres lutaram pela conquista do voto e pelo direito à educação (SOUZA-LOBO, 1991).

O movimento feminista que reapareceu no Brasil a partir de meados dos anos 70 teve algumas características dos movimentos que surgiram na Europa e nos Estados Unidos nos anos 60. No entanto, as condições políticas locais, geradas pelas peculiaridades da primeira fase do governo militar, não deram lugar à emergência de um movimento de liberação radicalizado, como os que mobilizaram mulheres da mesma geração e camada social naquelas sociedades, com trajetórias e questionamentos “identitários” semelhantes aos de muitas jovens brasileiras (GOLDBERG, 1989).

Esta mesma situação, por outro lado, propiciou a emergência do feminismo no seio das militantes dos partidos de esquerda e de mulheres engajadas na luta pela democracia no país. Tratou-se do surgimento de um feminismo cujas militantes estavam em sua maioria também engajadas nos grupos de esquerda ou nas lutas democráticas, criando um movimento feminista bastante politizado, o que a autora chamou de “um feminismo bom para o Brasil” (GOLDBERG, 1988).

O ano de 1975 é freqüentemente citado como aquele em que os grupos feministas reapareceram nos principais centros urbanos. Naquele ano, quando muitas vozes dissidentes eram sistematicamente silenciadas pelos militares brasileiros, a proclamação da Década da Mulher pelas Nações Unidas ajudou a legitimar demandas incipientes de igualdade entre homens e mulheres. As mulheres souberam aproveitar a brecha e organizaram encontros, seminários, conferências, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir daí, comemorações públicas do Dia Internacional da Mulher (8 de março) passaram a ocorrer em vários estados, várias organizações feministas tomaram forma e vários jornais feministas apareceram.

Os primeiros grupos feministas criados na década de 1970 nasceram com o compromisso de lutar tanto pela igualdade das mulheres como pela anistia e pela abertura democrática<sup>1</sup>. Eram grupos de reflexão e pressão, cujas feministas tomaram como tarefa “traduzir sua motivação original em proposições que sejam relevantes para a grande massa de mulheres desprivilegiadas, de modo a mobilizá-las contra a opressão de sexo e de classe” (SINGER, 1980, p. 119). Muitas mulheres passaram a dirigir sua atuação, por intermédio dos grupos recém-criados, para lutas em bairros e comunidades das periferias urbanas, da Igreja católica, em clubes de mães, associações de vizinhança, onde donas de casa e mães se reuniam, organizavam-se e mobilizavam-se por questões do cotidiano.

Os grupos feministas e os movimentos populares de mulheres proliferaram durante os anos 70 e início dos 80. As comemorações do Dia Internacional da Mulher se constituíram em momentos-chave para a organização de fóruns das mulheres, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações, consolidando uma coordenação de mulheres e laços de solidariedade. Até os dias de hoje essas comemorações se constituem em um dos momentos privilegiados de encontro do movimento de mulheres.

---

1. A luta pela anistia no Brasil teve uma grande participação das mulheres, que iniciaram o Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, composto principalmente por esposas, mães, irmãs e outras familiares de vítimas da repressão. Muitas feministas tiveram participação importante neste movimento, conforme aponta Paul Singer (1980).

Os sindicatos também passaram a ser lugar da militância feminista, criando-se uma interlocução entre as feministas e as sindicalistas, que teve desdobramentos significativos para as relações entre o sindicalismo e as trabalhadoras.

As feministas debateram com as esquerdas e com as forças políticas progressistas alguns pontos da teoria e da prática do fazer político, apontando para a não-hierarquização das lutas e a sexualização das práticas nos espaços públicos. O feminismo trouxe novos temas para o conjunto do movimento de mulheres, posteriormente incorporados pelos partidos políticos: direito de ter ou não filhos, punição aos assassinos de mulheres, aborto, sexualidade, violência doméstica.

No início dos anos 80 chegavam a quase uma centena os grupos feministas espalhados pelos principais centros urbanos do país.

No Brasil, como também em vários países da América Latina, as mulheres se fizeram e se fazem visíveis por meio de uma multiplicidade de expressões organizativas, uma infinidade de reivindicações e formas de luta.

Os movimentos de mulheres, como outros movimentos sociais, são movimentos não-clássicos, na medida em que transcorrem nas esferas não-tradicionais de organização e ação política — a novidade é que tornaram visíveis a prática e a percepção de amplos setores sociais que geralmente estavam marginalizados da análise da realidade social, iluminaram aspectos da vida e dos conflitos sociais em geral obscurecidos e ajudaram a questionar velhos paradigmas da ação política. Uma das principais contribuições do movimento de mulheres tem sido evidenciar a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais, revelando o caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito.

Para uma compreensão inicial destes movimentos foi usual nos referirmos ao movimento feminista como uma das expressões de um movimento de mulheres mais amplo (VARGAS, 1993). As feministas compõem uma face do movimento de mulheres. As mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuam nos sindicatos compõem a outra face. Cada uma das vertentes do movimento de mulheres poderia ser analisada

como um movimento social, enfocando suas dinâmicas próprias, suas formas de expressão etc. Mas como estas vertentes se tocam, se entrelaçam, entram em contradição, utilizaremos a expressão movimento de mulheres, reconhecendo que este é uma pluralidade de processos. O movimento de mulheres, à semelhança de outros movimentos sociais, representa “uma noção analítica, que abarca um imenso guarda-chuva, abrigando ações coletivas diversas, com diferentes significados, alcances e durações” (PAOLI, 1995).

As feministas, como expressão de uma das vertentes deste movimento, traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade e que se concretize a partir da construção de uma prática social que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e que supere a exclusão. As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central, e a partir daí se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres (SOARES *et alii*, 1995).

Uma das parcelas dos movimentos de mulheres nos anos 70 e 80, no Brasil, nasceu dos grupos de vizinhança nas periferias dos grandes centros urbanos. As mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria. Por intermédio de seus papéis socialmente designados de esposas e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar. Lutaram contra o aumento do custo de vida, reivindicaram boas escolas, centros de saúde, água corrente, transportes, rede elétrica, moradia, legalização de terrenos e outras necessidades de infra-estrutura urbana, exigiram condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças (SAFFIOTI, 1988; SARTI, 1988; GOLDBERG, 1989). Sônia Alvarez (1988) utiliza o termo *militant motherhood* para caracterizar estes movimentos.

Em fins dos anos 70 apareceram pelo menos dois grandes movimentos sociais liderados por mulheres: o movimento contra a alta do custo de vida e o de luta por creches<sup>2</sup>. A participação nestes movimentos levou muitas mulheres a reunirem condições de

---

2. A luta por creches nos bairros populares de São Paulo, em 1973, por intermédio das comunidades da Igreja católica, foi um movimento de diversos grupos espalhados pela cidade,

questionar as relações de gênero, suas relações não-igualitárias com seus maridos, famílias e comunidades.

A forte presença da Igreja católica na vida das mulheres é inseparável desses movimentos. Como resultado das medidas repressivas do governo militar, principalmente de 1964 a 1974, apareceram novas estratégias das comunidades organizadas. A Igreja católica foi um dos poucos espaços que permitiram a articulação da resistência não-armada ao governo militar. A Igreja progressista ofereceu um guarda-chuva organizacional para a oposição ao regime e cobriu as atividades de oposição com um véu de legitimidade moral (ALVAREZ, 1988). A vida concreta dessas mulheres se modificou parcialmente por meio de sua inserção nas comunidades, “o uso de seu tempo, a ampliação de seu espaço de circulação geográfico e social, suas trocas com outras mulheres, seu ativismo religioso e sua militância política transformaram seu cotidiano” (NUNES ROSADO, 1991, p. 274).

Assim, as mulheres pobres, a partir da ação política para melhorar suas vidas e a de seus familiares, se redefiniam para si mesmas como legítimas atrizes públicas e modificavam as normas tradicionais que limitam a mulher ao âmbito privado do lar. Entretanto, mesmo que organizadas em suas ações de sobrevivência, mesmo tendo saído de seu encerramento doméstico, identificado interlocutores, aumentado seu sentimento de auto-estima, estas mulheres podem não modificar no essencial a profunda segregação sexual na sociedade, nem alterar a direção dos projetos sociais. Mas elas se constituíram e ainda se constituem nas interlocutoras privilegiadas das feministas.

Em geral, a hierarquia da Igreja e alguns padres progressistas ficaram doutrinariamente em oposição, ou agiram mesmo com hostilidade em relação a algumas reivindicações do feminismo, principalmente quanto aos direitos reprodutivos e temas da sexualidade,

---

inicialmente sem vínculo entre si. A partir do I Congresso da Mulher Paulista, em 1979, organizado pelas feministas e que teve a participação de centenas de mulheres dos bairros, ocorreu a articulação desses vários grupos, nascendo um amplo movimento de luta por creches. O Movimento Contra a Carestia foi uma das primeiras manifestações contra o regime militar e contou com a participação de diversos setores da sociedade. As mulheres foram suas principais protagonistas e dele decorreram várias organizações de mulheres.



em particular o aborto. Mas as mulheres nestes espaços foram sujeitos ativos e reagiram às muitas práticas e discursos da Igreja (NUNES ROSADO, 1991). Criou-se uma relação ao mesmo tempo conflitiva e de solidariedade entre as mulheres das Comunidades Eclesiais de Base e as feministas, fazendo surgir um amplo movimento de mulheres. Quando essas mulheres ganham formas autônomas de organização em relação à Igreja, constituindo, por exemplo, casas de mulheres, ampliam seu grau de autonomia política e o espectro de suas reivindicações.

Uma outra parcela deste movimento de mulheres são as trabalhadoras urbanas e rurais. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho foi simultâneo ao aumento de sua sindicalização e à emergência do movimento de mulheres, o qual, sem dúvida, influenciou no relacionamento dos sindicatos com estas e na percepção destas quanto a sua condição de trabalhadoras (CAPPELLIN, 1994). No decorrer da década de 1980 vão aparecer muitas comissões de mulheres ou departamentos nos sindicatos e nas centrais sindicais, organizadas a partir de 1983. Logo surgem as comissões ou secretarias de mulheres. Estas vão se constituir em lugares onde são geradas as reflexões e propostas de ação sindical das mulheres, um lugar onde as trabalhadoras “possam romper seu silêncio, falar de suas angústias e medos e legitimar uma representação feminina num espaço político considerado masculino” (NEVES, 1994, p. 255). As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infra-estrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no local de trabalho e também das práticas sindicais que as excluem de uma participação mais ativa nos postos de decisão. Conseguem fazer uma reflexão própria que articula uma luta contra a discriminação por sexo nos locais de trabalho com uma demanda visando a romper a assimetria nas relações de poder no interior das organizações sindicais. As trabalhadoras tratam também dos elos e impasses na articulação entre mercado de trabalho e família (DELGADO, 1996).

As trabalhadoras rurais participaram (e participam) do processo de organização das trabalhadoras de maneira expressiva e peculiar<sup>3</sup>. Fazem parte de uma realidade extremamente heterogênea, derivada da penetração do capital na agricultura, em que a luta pela reforma agrária e pela terra, por melhores condições de produção, preços agrícolas, salários e direitos sociais — que unificam homens e mulheres do campo — se alia à luta particular das camponesas por cidadania e visibilidade como trabalhadoras.

“Sejam pequenas produtoras rurais, sem-terra ou barrageiras, bóias-frias ou empregadas nas grandes fazendas, elas vêm transformando o cenário político e social da agricultura brasileira ao mostrar sua combatividade e determinação na luta pela conquista de uma nova identidade social, a de mulheres trabalhadoras rurais” (LAVINAS e CAPPELLIN, 1991, p. 28).

Nos anos 80 as feministas mantiveram, e mantêm ainda hoje, uma relação intensa com essas diversas faces do movimento de mulheres — muitas vezes tensa, outras enriquecedora ou até empobrecedora. Fizeram um entrelaçamento dessas diferentes vertentes, de modo que hoje ficam um pouco menos nítidas as demarcações, principalmente entre as mulheres dos movimentos populares e o movimento feminista.

## Anos 90: uma explosão

A década de 1980 foi marcada pela reconstrução das instâncias da democracia liberal: reorganização partidária, eleições para os diversos níveis, reelaboração da Constituição do país, eleições presidenciais etc. A questão da democracia, presente na constituição dos movimentos sociais, agora se coloca na relação desses com o Estado — a incorporação das suas reivindicações. As políticas públicas passam à agenda desses movimentos.

Fez parte da “transição lenta e gradual” para a democracia a reformulação e a criação de novos partidos políticos. Com a possi-

3. Sobre a situação da mulher na área rural brasileira ver, entre outras, Lena Lavinas (1987).

bilidade de consolidação das bases sociais destes novos partidos, os setores de oposição se alinharam genericamente em torno de duas estratégias diferentes: manter as alianças e permanecer no mesmo partido, com o objetivo de ganhar, em 1982, as primeiras eleições diretas para os governos estaduais desde 1965, ou criar partidos de oposição com posições mais definidas<sup>4</sup>.

Essas duas diferentes estratégias levaram à formação de dois blocos, polarizando os diversos segmentos da sociedade civil — intelectuais, setores democráticos, movimento de mulheres —, e resultaram na divisão do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e no surgimento do Partido dos Trabalhadores.

Assim, o movimento feminista, a partir de 1981, ficou mais complexo em sua organização e mais diverso ideologicamente. Com a reorganização partidária, foi polarizado pelas diversas propostas que surgiram no âmbito das questões gerais da reconstrução da democracia liberal. Muitas mulheres privilegiaram a atuação nos partidos. A partir de então, apareceu uma nova militante nos partidos políticos, a feminista, e nestes espaços o tema “mulher” tornou-se alvo de debate, item obrigatório dos programas e plataformas eleitorais dos partidos progressistas, como resultado da visibilidade que as questões das mulheres ganharam, trazidas pelos seus movimentos.

Uma outra consequência foi a tentativa de incorporar suas reivindicações nas políticas sociais do Estado por iniciativa das militantes feministas nos partidos. São criadas instâncias com a finalidade de pensar e propor políticas públicas, que remetem à questão da igualdade/diferença: igualdade de direitos e condições diferentes de exercer estes direitos.

Na campanha eleitoral de 1982, as feministas do PMDB de São Paulo propuseram e implementaram um Conselho da Condição Feminina junto ao governo do estado, “para servir de instrumento de uma política global destinada a eliminar a discriminação sofrida pelas mulheres” (PROPOSTA..., 1982). Esta proposta não encontrou

---

4. O PMDB, criado em 1979, é continuação do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), criado em 1966, e foi um partido guarda-chuva para os grupos que reivindicavam o retorno da democracia. Com a volta do governo civil em 1985, o PMDB se tornou o maior partido existente e absorveu políticos com antigos vínculos com o governo militar.

unanimidade no movimento de mulheres e abriu uma polêmica sobre a autonomia do movimento feminista em sua relação com o Estado, as formas de diálogo e interlocução possíveis e desejáveis, com posições diversas e mesmo antagônicas.

Foram criados nos diversos níveis (nacional, estadual e municipal) Conselhos dos Direitos da Mulher. Uma análise desses organismos governamentais, de suas realizações e limitações está sendo feita (ver por exemplo Maria Aparecida Schumarer e Elisabeth Vargas, 1993, que apresentam as discussões no movimento para a aprovação e implementação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e as ações e limitações desses organismos).

O PT, em 1988, ao conquistar a vitória em algumas prefeituras, propõe uma forma alternativa de órgãos estatais para as questões das mulheres, ligados ao gabinete dos prefeitos. Diferentemente dos conselhos, estes organismos são estritamente executivos, sem nenhuma forma de representação do movimento. Na base dessa diferença estava o debate sobre o papel do Poder Executivo na implementação de políticas públicas destinadas ao combate das desigualdades das mulheres e sobre a relação entre Estado e movimentos sociais.

Atualmente existe um consenso entre as feministas dos diversos partidos progressistas e dos movimentos na avaliação dos limites das duas propostas e da necessidade de reelaborar a questão da participação no Estado, de modo a se constituir uma ação mais eficaz para coibir as desigualdades das mulheres.

O feminismo se diversificou criando novas formas de organização e instituindo práticas como os coletivos voltados para ações relacionadas ao corpo, à saúde, à sexualidade feminina e ao combate à violência. Surgiram serviços e grupos de formação/educação, muitos dos quais permanecem até os dias de hoje. O feminismo buscou também manter duas estratégias de atuação a partir de 1982: continuar independente do Estado e atuar nas instâncias governamentais. Preservou canais autônomos de articulação, não só temáticos mas gerais, por meio dos encontros nacionais feministas, com participação de um grande número de mulheres.

Desde 1982 são realizados encontros nacionais anuais com grande participação. Em outubro de 1997 foi realizado em Salvador

o 12º Encontro Nacional Feminista, com o tema de “Gênero com diversidade no país da exclusão”. Esse encontro teve a participação expressiva das mulheres negras e de muitas mulheres jovens (CFEMEA, 1997).

Nos anos 80, este espaço possibilitou a articulação de outros segmentos do movimento. Assim, a partir de 1986, ele foi importante para a discussão sobre o lesbianismo, que embora estivesse sempre presente no movimento feminista nunca tinha sido discutido pelo conjunto das feministas e dos movimentos de mulheres. Os encontros nacionais feministas propiciaram também a articulação das mulheres negras. O feminismo branco, no seu início, não viu as mulheres negras, referenciado que esteve no feminismo europeu e no viés de classe. Foi a organização própria das mulheres negras no âmbito dos encontros feministas que propiciou a articulação das categorias classe, gênero e raça para uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres. As mulheres negras, ao criarem suas formas próprias de organização, têm mantido uma relação educativa com o feminismo, enfocando as questões das diferenças entre negras e brancas. A construção deste sujeito — as mulheres negras — trouxe maior complexidade e exige o reconhecimento das profundas diferenças culturais nas práticas das mulheres; exige também que se trabalhe, sem que se caia numa grande fragmentação, com o princípio da heterogeneidade da condição e da insubordinação das mulheres, possibilitando a existência de um campo comum na ação para construir um diálogo dentro da pluralidade (SOARES, 1997).

Ao longo destes anos, as feministas foram optando por centrarem-se em atividades mais concretas e especializadas. Isto levou a uma multiplicidade de serviços gerados por organizações de mulheres e à construção de um variado arsenal de estratégias e táticas: protestos, proposição e incrementação de políticas públicas, alterações legislativas, construção de coalizões com outros movimentos. Ao mesmo tempo, elas têm mantido fóruns do movimento de mulheres para as decisões de suas agendas e de formas de atuação conjuntas.

Neste percurso, e à semelhança de outros movimentos, o feminismo se especializou. Muitos grupos passaram à produção de

conhecimentos, desenvolvendo mais serviços do que ações diretas, e possibilitando a constituição de uma “morada” para o movimento: as organizações não-governamentais (ONGs) feministas. Essas novas formas de institucionalização tendem a gerar novas hierarquias entre as mulheres nos movimentos, como aponta Ângela Borba (1993). Se por um lado amplia a geração de conhecimentos e a inserção do feminismo, constitui um desafio para manter laços e estratégias comuns ao amplo movimento das mulheres.

Os anos 90 demonstram que o feminismo multiplicou os espaços e lugares em que atua e, conseqüentemente, onde circula o discurso feminista. As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas. Sônia Alvarez (1988) usa o termo “mosaico de diversidade” quando descreve os movimentos presentes no processo da IV Conferência Mundial da Mulher, em 1995.

Na década de 1990, as feministas brasileiras começam a participar mais ativamente dos fóruns políticos internacionais, a partir do ciclo de Conferências Mundiais das Nações Unidas, que se iniciou em 1992 com a Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92). Uma rede feminista das ONGs de mulheres foi organizada para introduzir a questão de gênero nas discussões preparatórias da ECO-92. Um número crescente de organizações de mulheres trabalhou na preparação da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos. Em 1994, os preparativos da Conferência do Cairo sobre Desenvolvimento e População articularam um grande número de mulheres por meio da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Mas a participação em cada

um destes processos preparatórios ficou muito restrita a setores especialistas do movimento.

Em 1994, o início dos preparativos para a IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em 1995, proporcionou excelente oportunidade para o fortalecimento dos movimentos feminista e de mulheres. Inúmeros grupos feministas e centenas de grupos de mulheres construíram uma diversa e complexa rede de cooperação para a preparação da Conferência, de proporções realmente nacionais. Estavam incluídas as organizações de mulheres negras, movimentos de mulheres urbanos e rurais, grupos das periferias das cidades, trabalhadoras das centrais sindicais, organizações de lésbicas, sindicatos de empregadas domésticas, feministas acadêmicas, associações de prostitutas, entre outras (SOARES, 1995). Impulsionou-se um grande debate público sobre a desigualdade das mulheres. Com o objetivo de fortalecer e unificar o movimento de mulheres independente das diferenças ideológicas e políticas, foi organizada uma coordenação: a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing-95. Esse processo gerou uma agenda genuína do movimento de mulheres no Brasil, centrada nas necessidades das mulheres de todas as classes e grupos étnico-raciais<sup>5</sup>.

Os anos 90 também se caracterizaram pela introdução de novas temáticas: as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e, mais recentemente, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, como medidas para superar a quase ausência das mulheres nesses ambientes<sup>6</sup>. Recentemente, a luta pelo direito das mulheres ao aborto tem sido alvo de muitos debates e reportagens na grande imprensa. Esse é um velho tema das feministas, mas no Brasil só após a democratização tem envolvido em maior número as mulheres.

---

5. Sobre o processo da IV Conferência Mundial das Mulheres realizada na China em 1995 ver artigos na *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, nº 1 e nº 2 de 1995, e os *Cadernos do CIM*, nº 2, 1995.

6. O PT aprovou no Congresso de 1991 a proposta de 30% de cota mínima para mulheres nas direções. A CUT aprovou, em 1993, uma cota mínima de mulheres de 30% na direção da Central, e sugere aos sindicatos cota proporcional ao número de mulheres nas respectivas bases sindicais. A diretoria eleita em 1994 foi composta com esta proporção. Em 1995 foi aprovado pelo Congresso Nacional uma cota de 20% nas listas das candidaturas para cargos de vereadoras e em 1997 foi aprovado o índice de 25% para todos os cargos eletivos.

## Questões e desafios

Pode-se dizer que, no Brasil, a estratégia do feminismo em tornar visível a questão da mulher, sua exclusão e desigualdades, foi vitoriosa. Agora são necessárias outras estratégias capazes de enfrentar as questões colocadas pelos processos de democratização, globalização e implementação das políticas neoliberais.

Diferentes motivos levam a apontar o feminismo como um projeto que teve êxito em tornar visível uma problemática que antes não estava presente nos movimentos sociais, nem nos políticos. Ao mesmo tempo que apontou para a exclusão das mulheres na sociedade, ele criou novos paradigmas para a análise dessas situações e inscreveu-se como tema das pesquisas acadêmicas. As idéias do feminismo se instalaram em diversos espaços do social e do teórico. O feminismo identificou o Estado como a concretização material e simbólica do poder político central, aquele que sintetiza e globaliza as relações de exclusão, dando uma dimensão institucional e uma generalidade ao conjunto da sociedade. Mas mostrou também que o poder se estende e está presente em todas as instâncias do cotidiano. Trouxe reflexões à política, no sentido de sua ampliação e da incorporação de novos sujeitos, e debateu com as esquerdas a não-hierarquização das lutas. Nas lutas pela democracia tratava-se de incorporar as mulheres como sujeitos portadores de reivindicações e de direitos. Trouxe para as agendas dos movimentos as questões da igualdade na educação, dos direitos reprodutivos e da saúde, da participação política das mulheres, da discriminação no trabalho e das políticas de emprego, do cuidado com as crianças, da pobreza e do bem-estar, da violência contra a mulher. Mais recentemente, colocou em debate as ações afirmativas e as propostas de cotas mínimas de participação nos lugares de decisão. Contribuiu para manter a coalizão das mulheres e constituir um movimento de massa, mas enfrenta dificuldades para instalar-se na política.

Contribuiu para o questionamento, compartilhado por muitos, da crise de representatividade e legitimidade da representação dos partidos políticos, e em vários momentos — como no processo



constituente — participou junto com outros movimentos nas emendas populares e criando novos mecanismos de democracia direta.

Trabalhou com conceitos de ação coletiva e direta, a partir da negação da representação por delegação e manteve fóruns com as diferentes vertentes do movimento. As características da organização destes fóruns são: vontade unitária — todas as mulheres podem participar; auto-organização — o fórum decide, delega, organiza seu próprio trabalho; vontade autônoma em relação aos sindicatos e partidos. Mantiveram a autonomia do movimento num país cuja ação política é marcada pelo clientelismo.

É demasiado estreito pensar a inserção do feminismo somente nos âmbitos organizativos, erro em que caímos quando nos perguntamos em termos quantitativos sobre a incidência do feminismo na sociedade, pois há ações na esfera ideológica, que são ao mesmo tempo difusas e sólidas. O feminismo criou novas maneiras de ler a realidade e reescreveu o discurso público da igualdade da mulher. Muitas jovens são diferentes hoje de suas avós porque existia o movimento de mulheres quando estavam crescendo. As principais idéias do feminismo estão presentes hoje em inúmeros espaços.

Os desafios são inúmeros. Nos últimos anos, a partir do golpe militar de 1964, houve um aumento das riquezas produzidas, uma maior integração do capitalismo em todas as esferas da vida, mas também aumentaram a concentração de renda e os problemas urbanos, dificultando muito a reprodução da vida.

“O Brasil apresentava, no início desta década, um dos maiores graus de desigualdade no mundo. Para a grande maioria dos países, a renda de um indivíduo entre os 10% mais ricos é, em média, até dez vezes maior do que a de uma pessoa entre os 40% mais pobres. No caso brasileiro, a renda média dos 10% mais ricos é quase trinta vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres” (PNUD/IPEA, 1996).

Esse é um país de renda *per capita* das mais altas no contexto mundial. Cerca de 75% da população mundial vive em países com renda *per capita* inferior à brasileira. Dado o contexto atual, o Brasil não pode ser considerado um país pobre, mas 40% dos

brasileiros vivem em famílias com renda *per capita* abaixo da linha da pobreza.

“É o alto grau de desigualdade e não o baixo nível de renda *per capita*, verdadeiramente, a principal razão para o elevado grau de pobreza no Brasil. Um dos indicadores desse argumento: ao mesmo tempo que o volume de alimentos produzido é pelo menos duas vezes superior ao necessário para a alimentação da população, uma parcela significativa da população passa fome” (BARROS, CAMARGO e MENDONÇA, 1996).

Nós, mulheres feministas, devemos enfrentar o desafio de responder questões como estas ao nosso modo: reafirmando e reelaborando nossos conceitos de democracia, de cidadania, de ética nas relações humanas. Certamente, vamos encontrar as respostas quando conseguirmos as formas de romper com a resistência política em relação à participação das mulheres.

Precisamos reelaborar nossos conceitos de autonomia, de institucionalização do movimento, para manter vivo e ousado o movimento de mulheres, o movimento feminista, pois temos contribuições para esta crise de civilização — uma crise de ajuste fundamental da espécie humana com a natureza e consigo mesma.

Dadas a diversidade e a multiplicidade do movimento, atualmente o desafio é identificar as diversas vertentes ou os distintos feminismos e procurar explicitar as diferenças, identificar os distintos projetos, os diversos paradigmas, para definir com quem é possível manter uma unidade para elaborar projetos que mantenham acesas nossas utopias e que criem possibilidades de construir símbolos, valores, linguagens marcadas por relações de colaboração e não de domínio entre as pessoas. Resta saber como manter um projeto comum de mudanças, seus limites, e com quem se unir para elaborá-lo. Um dos desafios está hoje em estabelecer nossas diferenças, nossos distintos feminismos. Não é mais necessário nos identificarmos como iguais, não é mais necessário apelar para nossa condição de gênero para nos apoiarmos mutuamente. Trata-se de assumir que as articulações não podem se dar a partir de um eixo exclusivo e privile-

giado, mas sim a partir da articulação das diferenças, das racionalidades múltiplas e diversas que se instalaram no movimento.

Se por um lado o feminismo deve criar de forma crescente suas formas de organização e locais de geração de novas práticas e conhecimentos, como as ONGs, por outro não se pode esquecer ou menosprezar as atividades amplas, de mobilização, que são parte integrante do projeto de transformação político-cultural do feminismo. Sem essa capacidade de mobilização, de conscientização e de ação com a base da sociedade — até hoje as interlocutoras privilegiadas —, o feminismo não tem efetivo poder de pressão perante instituições e autoridades. Sem estes dois lados, não é possível assegurar a implantação e implementação dos novos direitos que o feminismo reclama.

Os desafios são complexos, exigem respostas globais para a superação dessas crises e mais eficazes para a melhoria das condições de vida das mulheres. A democracia é um marco substancial para a inter-relação de sujeitos, espaços, lógicas e formas. É a possibilidade de invenção e fruição de novos direitos. É urgente repensar seu significado para as mulheres e ligá-lo às condições do país: corrupção, miséria crescente, instituições que não funcionam, tradição cultural e política de práticas autoritárias, violência crescente etc. É preciso criticar as formas da democracia que não reconhecem a profundidade da diversidade humana, passando a definir o bem comum a partir de formas radicalmente distintas da construção dos sujeitos. Certamente é um grande desafio repensarmos as formas para o feminismo se reinstalar nesse público, traduzindo, por sua vez, o que isso quer dizer para as mulheres.

## Bibliografia

- ALVAREZ, Sônia. 1988. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A., ed. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. 1990. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. USA, Princeton University Press.

- \_\_\_\_\_. 1998. Latin American Feminisms “Go Global”: Trends of 1900s and Challenges for the New Millenium. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo, eds. *Re-visioning Latin American Social Movements*. Westview Press, Harper Collins Publishers.
- BARROS, Ricardo; CAMARGO, José Márcio e MENDONÇA, Ricardo. 1996. Pobreza no Brasil — quatro questões básicas. *Policy Paper*, ILDES/FES, São Paulo.
- BLAY, Eva. 1987. O visível e o limite dos movimentos sociais na construção da prática democrática. In: OLIVEIRA, E. M, org. *Mulheres: da domesticidade à cidadania, estudos sobre movimentos sociais e democratização*. ANPOCS/CNDM.
- BORBA, Ângela. 1993. Movimento feminista, autonomia e organizações não-governamentais. *Fempress*, nº 141, junho.
- CAPPELLIN, Paola. 1994. Viver o sindicalismo no feminino. *Revista Estudos Feministas*, número especial, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ.
- CFEMEA. 1997. Encontro Feminista reúne mulheres de todo o país em Salvador. *Boletim Fêmea*, ano VI, nº 58, novembro, Brasília.
- DELGADO, Maria Berenice G. 1996. *A organização das mulheres trabalhadoras nas centrais sindicais brasileiras nos anos 80 e 90: propostas e desafios*. Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, Águas de Lindóia. Mimeogr.
- \_\_\_\_\_. e SOARES, Vera. 1995. O movimento de mulheres na transição democrática brasileira. In: HELLMANN, Michaela, org. *Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*. Marco Zero/ILDES-FES/Labor, São Paulo.
- GOLDBERG, A. 1988. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. *Relações sociais de sexo X Relações sociais de gênero*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- \_\_\_\_\_. 1989. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. *BIB*, 28. Rio de Janeiro, ANPOCS.
- LAVINAS, Lena, org. 1987. *Mulher rural: identidades na pesquisa e na luta política*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. e CAPPELLIN, Paola. 1991. Gênero e classe: mulheres trabalhadoras rurais. *Mulheres trabalhadoras rurais, participação e luta sindical*. Rio de Janeiro, DNTR/CEDI, maio de 1991.

- NEVES, Magda. 1994. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Rio de Janeiro, Vozes.
- NUNES ROSADO, Maria José, F. 1991. *Eglise, sexe et pouvoir: les femmes dans le catholicisme au Brésil: le cas des communautés ecclesiales de base*. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Tese de doutoramento.
- PAOLI, Maria Célia. 1995. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela, org. *Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*. São Paulo, Marco Zero/ILDES-FES/Labor.
- PNUD/IPEA. 1996. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro, Programa das Nações Unidas para a População/Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
- PROPOSTA das mulheres do PMDB para o governo. 1982. São Paulo.
- SADER, Eder. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SAFFIOTI, Heleieth. 1988. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. V., org. *A condição feminina*. São Paulo, Vértice.
- SARTI, Cíntia. 1988. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, nº 64, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- SCHUMARER, Maria Aparecida e VARGAS, Elisabeth. 1993. Lugar no governo: alibi ou conquista? *Revista Estudos Feministas*, vol. 1, nº 2. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ.
- SINGER, Paul. 1980. O feminino e o feminismo. In: SINGER, P., BRANDT, V. C. et alii. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes.
- SOARES, Vera. 1994. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, nº especial, out. \_\_\_\_\_ . 1995. O Contraditório e ambíguo caminho a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, nº 1. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 1997. *O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil*. Texto apresentado para “Superando o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos no Século XXI”, projeto Iniciativa das Relações Humanas Comparadas da Southern Education Foundation, de Atlanta. Mimeogr.
- SOARES, Vera et alii. 1995. Brazilian Feminism and Women’s Movements: A Two-Way Street. In: BASU, Amrita, ed. *The Challenge of Local Feminisms — women’s movements in global perspective*. Oxford, Westview Press.

- SOUZA-LOBO, Elisabeth. 1991. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura.
- STERNBACH, Nancy S. *et alii*. 1992. Feminism in Latin America: from Bogotá to San Bernardo. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 21, vol. 17. University of Chicago.
- VARGAS, Virginia. 1993. Entre la esperanza y el desencanto. *Cotidiano Mujer*. Montevideo, nov.